

SANTOS. Prefeito queria reajustar cifras para R\$ 26,4 mil, no entanto, Legislativo subiu valor para R\$ 35 mil

Vereadores aprovam créditos de pequeno valor com alteração

Por Bruno Gutierrez
DE SANTOS

Com novas cifras, a Câmara de Santos aprovou, em primeira discussão, o projeto de lei 184/2016, que altera dispositivos da lei 2438/2006, que define os créditos de pequeno valor para o pagamento devido pela Fazenda Municipal, em virtude de sentença judiciária.

De autoria do prefeito Paulo Alexandre Barbosa (PSDB), o projeto visava reduzir e congelar o valor em R\$ 26,4 mil. Pela lei, hoje, ações judiciais que condenem a Administração a pagar até R\$ 44,5 mil têm de ser pagas, de maneira integral, em até 90 dias. A lei vigente, de 2006, fixava o valor em R\$ 27,8 mil, no entanto, esse valor era corrigido anualmente por índices inflacionários.

No entanto, o Legislativo aprovou uma emenda do vereador Sergio Santana (PR), que propôs que o valor fosse fixado em R\$ 35 mil. Na visão do parlamentar, o valor seria mais correto, uma

vez que o prefeito, neste projeto, retirou a correção anual.

A aprovação da emenda veio mesmo com a posição contrária do líder do governo, Sadao Nakai (PSDB). O tucano ressaltou que o valor de R\$ 26,4 mil já tinha sido contabilizado pelo Executivo na Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2017, e que a mudança nessas cifras acarretaria na necessidade de remanejamento de verba.

“A Lei Orçamentária deve definir esse valor. Qualquer valor a mais que se entre na Casa, por exemplo, como o aumento deste valor, terá que haver remanejamento de outra unidade orçamentária para pagar esse valor. Porque o que foi estabelecido no nosso orçamento já contempla essa mudança dos pequenos valores de precatório”, disse Sadao.

A colocação causou revolta em Marcelo Del Bosco (PPS). “Isso é falta de organização e gestão. Um projeto como esse está pensado há bastan-



RODRIGO MONTALDI/DIÁRIO DO LITORAL

» Câmara aprovou projeto, mas com novos valores será necessário remanejar fundos de outras unidades, já que Lei Orçamentária Anual de 2017 previa créditos em R\$ 26,4 mil

te tempo, não foi da noite para o dia. O governo colocou no orçamento o determinado valor. E aí, o que acontece? Manda para Câmara, pelo artigo 24, e fala assim: ‘lá eu mando. Eu aprovo o que eu quiser. Pronto. Se não aprovar, eu começo a soltar pela cidade toda que os vereadores que não quiseram’.

Para Del Bosco, o pro-

jeito deveria ter vindo para a Câmara antes do valor ser definido na LOA 2017 e disse que o Executivo faz pouco caso do Legislativo.

A pressão pela aprovação aumentou com a fala de outros vereadores como Benedito Furtado e Antônio Carlos Banha Joaquim (PMDB), que ameaçou votar contra o projeto caso a emenda

não fosse aprovada.

Já a emenda do vereador Evaldo Stanislau (Rede), que isentava da alteração servidores aposentados ou em via de se aposentar, bem como os afastados por licença médica foi rejeitada.

O projeto precisa passar em segunda discussão antes de seguir para sanção do prefeito Paulo Alexandre Barbosa.

Sindserv critica projeto do prefeito

O presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Santos (Sindserv), Flávio Saraiva, criticou o projeto de reajuste dos créditos de pequeno valor.

Representantes do sindicato estiveram presentes à sessão e levaram faixas contra a Administração Municipal. Saraiva chamou o projeto de nefasto.

“Ela está simplesmente inviabilizando qualquer tipo de pagamento. Ela coloca um valor de R\$ 26 mil e não tem nenhuma ação judicial hoje menor que esse valor. O que a Prefeitura está fazendo com esse projeto é inviabilizar o pagamento de qualquer dívida que ela tenha a partir de decisão judicial”.

CPFL atende comércio e não suspenderá fornecimento de energia amanhã

O Sindicato do Comércio Varejista da Baixada Santista protocolou ofício junto à Companhia Piratininga de Força e Luz (CPFL) para impedir uma interrupção programada no fornecimento de energia no Centro de Santos, agendada para amanhã (10), das 13h30 às 18 horas.

O objetivo do sindicato é evitar que as lojas na região central da cidade sejam prejudicadas com a

falta de energia em pleno horário comercial e nas semanas que antecedem o Natal.

Segundo informou o sindicato em nota, o pedido foi analisado e aceito pela CPFL ontem. Com isso, o serviço de manutenção não será mais realizado na data prevista e deverá ser reagendado em horário que não prejudique o comércio no Centro, conforme solicitou a entidade.

» Vendas de Natal

Objetivo do sindicato é evitar que as lojas sejam prejudicadas nas semanas que antecedem o Natal

“Essa é mais uma vitória do Sindicato do Comércio Varejista, que sempre está atento às reivindicações dos empresários da Baixada Santista.

Sabemos da importância da manutenção da rede elétrica para a segurança dos usuários. Porém, não é justo prejudicar o comércio do Centro com o desligamento da energia durante uma tarde inteira e a duas semanas do Natal”, explica o presidente do Sindicato do Comércio Varejista, Alberto Weberman. “Agradecemos à CPFL pela compreensão e o rápido atendimento à nossa solicitação”, afirma.



MATHEUS TAGÉ/DIÁRIO DO LITORAL

» Empresa realizaria manutenção na rede elétrica amanhã, o que, segundo o sindicato, prejudicaria lojistas